

Sarney: Congresso Nacional pode ser convocado

em julho

BRASÍLIA (O GLOBO) — O presidente do PDS, senador José Sarney, revelou ontem que o Congresso Nacional poderá ser convocado extraordinariamente em julho próximo, com o objetivo de votar as reformas na legislação eleitoral, "caso seja alcançado um consenso entre PDS e partidos de oposição a respeito das modificações a serem feitas".

José Sarney ressaltou, no entanto, que o prazo estipulado pelo PDS para encaminhar a sua proposta de reforma continua sendo agosto, após o recesso parlamentar.

A convocação do Congresso Nacional, segundo ele, teria como finalidade apressar a definição das novas regras eleitorais, como é do desejo de todos os partidos.

O presidente do PDS disse que os estudos da comissão formada em seu partido para elaborar uma proposta de reforma eleitoral, "ainda estão em fase de decisão". Reconheceu, porém, que existem tendências por determinadas alterações. Como exemplo, citou a disposição em adotar a sublegenda para as eleições de governadores.

AVALIAÇÃO

Na parte final da audiência de segunda-feira com o presidente Figueiredo, quando levou a solidariedade dos partidos de oposição para combate ao terrorismo, o senador Sarney aproveitou para fazer um relato sobre a situação eleitoral do PDS em todo o País.

Conforme os dados recolhidos pelo presidente do partido nas viagens pelo País, o PDS reúne condições para vencer as eleições em dez Estados. Em cinco a derrota é tida como certa e nos demais há condições de disputa equilibrada com os partidos de oposição.

O senador Sarney deixou claro ao presidente Figueiredo, no entanto, que a avaliação é atual, podendo a situação eleitoral do partido vir a sofrer alterações com o passar do tempo.

CANDIDATURAS

Ao comentar a posição defendida pelo deputado Prisco Viana, favorável ao lançamento de candidaturas aos governos estaduais como forma de evitar que o PDS fique em desvantagem em relação aos demais partidos, o senador José Sar-

ney disse que não há uma orientação específica da direção do partido nesse sentido, mas considerou "salutar a colocação de aspirações políticas no atual momento".

O presidente do PDS afirmou, ainda, que a definição de candidaturas aos governos estaduais, no momento, é uma preocupação para os diretórios regionais do partido e não para a direção nacional.

NEGATIVA

O presidente do PDS, disse que não tem conhecimento de nenhum plano do Governo com o objetivo de favorecer eleitoralmente o partido. Segundo ele, a preocupação do ministro do Interior, Mário Andreazza, com a situação dos pequenos municípios brasileiros nada tem a ver com as eleições de 1982.

Também o deputado Carlos Chiarelli (PDS-RS) desmentiu a informação, a ele atribuída, de que o ministro Andreazza teria um plano destinado a distribuir mais de Cr\$ 7 bilhões entre dois mil pequenos municípios.

Explicou que pessoalmente defende uma ação parlamentar junto ao Governo para demonstrar que o atendimento das reivindicações desses municípios deve ser prioritária. Isso não deve ser confundido, entretanto, com a existência de um plano governamental para beneficiar o PDS nas eleições do próximo ano.

CASUISMOS

O presidente do PP, senador Tancredo Neves, afirmou que "somente um exagero de casuísmos visando ao favorecimento do PDS poderá impedir a realização do próximo pleito", e alertou para o fato de que "há todos os extremos de medida de defesa".

— O Governo e seu partido estarão acuando as oposições e estas, acuadas e sem alternativas, terão que revidar em nome de sua sobrevivência. Isto significa uma radicalização indesejada e indesejável do processo político brasileiro — afirmou o senador.

Tancredo disse ainda que "é dever de todos os democratas impedir que a radicalização se concretize".

O presidente do PP, senador Tancredo Neves, declarou-se "mais confuso do que antes" diante das primeiras revelações a respeito do estudo que o PDS realiza sobre a reforma eleitoral.